

Minuta

## **RELATÓRIO**

Da audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (10ª Reunião Extraordinária) da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 22 de abril de 2009, com o Ministro de Estado, Sr. Patrus Ananias, com vistas a “debater as políticas, programas e projetos a serem implementados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ao longo do ano de 2009”.

(Audiência Pública convocada em atendimento ao Requerimento nº 8, de 2009-CAS, de autoria dos **Senadores Rosalba Ciarlini, Marcelo Crivella, Flávio Arns, Adelmir Santana e Augusto Botelho**).

### **PARTICIPANTE:**

**Dr. PATRUS ANANIAS**, Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

A sessão foi presidida pela **Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

### **ABERTURA**

Em sua alocução inicial, a Presidente agradeceu a presteza do Ministro Patrus Ananias em responder ao convite para vir à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal dar conhecimento das ações executadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Mencionou ter participado recentemente de um encontro de Conselhos Municipais de Assistência Social, realizado na cidade de Curitiba, onde pôde perceber, com a sensibilidade e experiência de quem já administrou um Município, a evidente preocupação dos participantes com a questão da crise econômico-financeira e seus efeitos sobre as questões sociais

no País. Ressaltou que o Ministro do MDS também já havia sido Prefeito e conhece bem os problemas da periferia, dos mais pobres e carentes, dos que realmente precisam das ações do Governo. Em seguida, passou a palavra para o depoente.

## DEPOIMENTO

Preliminarmente, o Ministro fez uma apresentação sucinta do MDS e das principais políticas sociais implementadas atualmente. Disse que o Ministério, criado em 2004, tem sua estrutura subdividida em cinco áreas: a Secretaria Nacional de Assistência Social, a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (a mais diretamente responsável pela gestão do Programa Bolsa Família), a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, e a Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias.

Destacou que, a simples observação dos números do orçamento do MDS e dos recursos aplicados ao longo desse período, permite constatar como a questão social passou a ser central, prioritária, nuclear, no atual Governo. Em 2004, eram 14 bilhões e 300 milhões de reais; em 2009, o orçamento está na faixa de 32 bilhões e 700 milhões de reais. Ressaltou, porém, que esses valores ainda são insuficientes para reduzir as enormes desigualdades e injustiças sociais.

Dentre os vários programas, disse não haver dúvida de que o de maior visibilidade é o Programa Bolsa Família, que articula estratégia de desenvolvimento social e combate à fome com foco nas famílias pobres em todos os Municípios do País. Hoje são atendidas cerca de 11 milhões e 100 mil famílias pobres, de forma integrada a uma grande rede de proteção e promoção social, estando prevista sua ampliação para 12 milhões e 400 mil famílias, até o final de 2009<sup>1</sup>.

Ressaltou que o Banco Mundial e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) reconhecem os resultados positivos desse Programa que, na área da assistência social, está integrado com o Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), que, por sua vez, se materializa por meio dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Ademais, o Bolsa Família interage com o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), e com o de Restaurantes Populares e Cozinhas **Comunitárias**.

[P1] Comentário: Só para lembrar que o rodapé não está no formato preconizado. Também não consegui ver a numeração das páginas.

<sup>1</sup> Deverão ser incluídas 300 mil famílias em maio, 500 mil em agosto e 500 mil em outubro de 2009.

O Ministro destacou, também, o Programa ProJovem Adolescente, vinculado à Secretaria Nacional de Assistência Social, (fruto da decisão de ampliação da faixa etária do Programa ProJovem, ocorrida em 2008), que trabalha com adolescentes de 15 a 17 anos, participantes do Bolsa Família. Foram incluídos 1 milhão e 900 mil jovens e a renda *per capita* exigida para entrada, a partir de maio deste ano, é de 137 reais.

Mencionou, em seguida, o outro programa de grande impacto, cujos recursos são superiores aos do Bolsa Família. Trata-se do Benefício de Prestação Continuada (BPC)<sup>2</sup>, não-contributivo, previsto na Carta Magna de 1988. Recebem o BPC, ou seja, um salário mínimo mensal, 3 milhões e 400 mil pessoas, das quais 1 milhão e 800 mil são pessoas com deficiência, incapacitadas para o trabalho, e 1 milhão e 600 mil são pessoas idosas pertencentes a famílias com renda *per capita* inferior a ¼ do salário mínimo.

O Ministro ressaltou, uma vez mais, a importância do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), no âmbito da rede e dos serviços de assistência social. Disse que o PAIF é desenvolvido em dois tipos de centros: os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), presentes em cerca de 3.200 Municípios e prestando atendimento a 9,7 milhões de pessoas; e os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS). Os CREAS, que trabalham em situações mais delicadas de desconstituição familiar, de trabalho infantil e de exploração sexual de crianças e adolescentes, estão presentes em cerca de 1.200 Municípios e trabalham integrados com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Afirmou ser grande a preocupação com a criança e o adolescente nas ações e programas do MDS e destacou que o PETI atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade com relação ao trabalho precoce e está integrado ao Programa Sentinela, que dá proteção social a vítimas de violência, abuso e exploração sexual da população dessa faixa etária.

O Ministro enfatizou que a grande prioridade do MDS, em 2009, são as políticas de geração de oportunidades, trabalho e renda, com ênfase na parte de capacitação profissional dos beneficiários dos programas, principalmente dos do Bolsa Família. Anunciou que, com esse novo foco, a Secretaria de Articulação Institucional e Parceria estava mudando de nome e passando a se chamar Secretaria de Articulação para a Inclusão Produtiva.

---

<sup>2</sup> O orçamento do Programa para 2009, integrado com a renda mensal vitalícia, é de 18 bilhões e 500 milhões de reais.

Disse que as ações de inclusão buscam integração com o PAC, com vistas ao desenvolvimento regional, formação de micro e pequenos empreendedores, integração com a economia solidária e fortalecimento e integração de áreas afins, e que elas se inserem perfeitamente na nova agenda social em curso no MDS, integrada a programas do Governo e de outros ministérios, como por exemplo, o dos Territórios da Cidadania.

Anunciou já ter sido firmado um compromisso nacional pelo desenvolvimento social que conta com a adesão de 18 Estados e deve atrair também os Municípios, com vistas ao desenvolvimento local e regional. Estão sendo buscados arranjos produtivos locais, e desenvolvidos o Plano Setorial de Qualificação do Bolsa Família, o Bolsa Família Construção Civil, o Bolsa Família PAC, o Bolsa Família Turismo, entre outros.

Destacou as ações de qualificação e inserção ocupacional de beneficiários de programas do MDS, citando como exemplo o contrato firmado com a Construtora Norberto Odebrecht para qualificação, com recursos da empresa, dos trabalhadores da Hidrelétrica de Santo Antônio, em Porto Velho, Rondônia, convênio esse de resultados tão positivos que já está sendo ampliado para todas as obras da empresa no País.

Especificamente com relação ao momento atual de crise, o Ministro afirmou que as políticas sociais devem ser vistas como garantidoras dos direitos sociais e como elemento fundamental para superação da situação conjuntural adversa, por meio da promoção de um desenvolvimento mais justo, inclusivo e sustentável. Mencionou que, em 2008, o BPC e o Bolsa Família transferiram R\$26,1 bilhões para a população mais pobre do País, montante equivalente a 75% dos recursos repassados aos Municípios pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O Ministro julgou também importante enfatizar dois pontos: primeiramente, está sendo superada a fase histórica do assistencialismo, do clientelismo e a questão social passou a fazer parte do campo das políticas públicas; outro ponto é o caráter republicano, suprapartidário, das políticas do Ministério, que opera com todos os Estados e Municípios do Brasil.

Destacou, no entanto, que o MDS tem um número reduzidíssimo de funcionários, e que apenas 211 deles (16% do total) são servidores públicos efetivos. Mencionou, ainda, que suas cinco secretarias funcionam em seis diferentes prédios em Brasília, com funcionários dispersos, amontoados, e mal remunerados, em sua maioria.

Ressaltou que o alcance de resultados dos programas lá gerenciados exige o aprofundamento do diálogo dos servidores do MDS com os agentes públicos e sociais envolvidos na rede de proteção e promoção social em todo o País. Disse haver necessidade de reestruturação organizacional dos serviços, pois foram identificados gargalos e pontos críticos na estrutura existente. Dentre eles mencionou: descompasso entre a estrutura precária do MDS e o número de obras gerenciadas por ele em quase todos os Municípios brasileiros; carência de instrumentos de avaliação, de monitoramento de cumprimento de prazos e resultados.

Após expor as carências estruturais de sua pasta, aproveitou para pedir o apoio dos Senadores para as seguintes proposições que tramitam no Senado Federal: o Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2009<sup>3</sup>, que prevê a criação de cargos de DAS para o Ministério; o Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008<sup>4</sup>, que cria a carreira de analista de políticas sociais, que pressupõe concurso público e a criação de uma espécie de gestor social; e, por fim, do Projeto de Lei do Senado nº 462, de 2008<sup>5</sup>, sobre os Certificados das Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), em apreciação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Falou, ainda, do problema do vácuo jurídico criado pela rejeição da Medida Provisória que tratava dos CEBAS.

Mencionou, também, as proposições de mesmo interesse que tramitam na Câmara dos Deputados: o Projeto de Lei (PL) nº 3.077, de 2008<sup>6</sup>, que trata do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); a PEC nº 47, de 2003<sup>7</sup>; e o PL nº 3.021, de 2008<sup>8</sup>.

---

<sup>3</sup> Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, destinados ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e à Fundação Nacional do Índio – FUNAI

<sup>4</sup> Dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

<sup>5</sup> Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, e dá outras providências

<sup>6</sup> Estabelece objetivos para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e sua composição descentralizada e participativa, integrada pelos três entes federativos; reduz para 65 (sessenta e cinco) anos a idade mínima para o idoso receber o benefício de prestação continuada; define a proteção social básica e especial; cria o CRAS e CREAS.

<sup>7</sup> Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social.

<sup>8</sup> Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social e dá outras providências.(apensado ao PL nº 7.494, de 2006).

Feita essa exposição, o Ministro agradeceu, colocou-se à disposição para ouvir as opiniões, debater com os Senadores e para com eles compartilhar reflexões que irão enriquecer seu trabalho e as atividades do MDS.

Finda a intervenção do Ministro, manifestaram-se as Senadoras Rosalba Ciarlini e Fátima Cleide e os Senadores Papaléo Paes, Eduardo Suplicy, Adelmir Santana e José Nery.

## **DEBATES**

### **Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)**

Parabenizou o Ministro pela exposição, pelo sério trabalho de gerenciar uma pasta que faz política pública e obtém resultados sociais importantes para a sociedade brasileira, e disse que era uma honra recebê-lo na Casa. Elogiou-o por ser homem público responsável, que atua de forma suprapartidária. Em seguida, assegurou, de antemão, que, devido à necessidade extrema do MDS e da área social do País, mesmo os partidos políticos que não compõem a base do governo terão sensibilidade para aprovar o projeto que dá estrutura àquele Ministério.

### **Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**

A Senadora Rosalba Ciarlini solicitou informações complementares sobre o Programa ProJovem e o dos Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias e, também, sobre as ações referentes aos cursos profissionalizantes nas áreas de turismo e de construção civil.

Referindo-se ao Bolsa Família e ao fato da transitoriedade do vínculo que os beneficiados têm com o programa e da expectativa de que saiam de uma inicial situação de miséria depois de algum tempo, questionou como se dará a emancipação dessas pessoas.

Elogiou a existência de cadastros das famílias carentes nos Municípios, que facilitam enormemente o trabalho dos prefeitos. Quis saber como os programas irão para a esfera municipal, se os Municípios serão encarregados da triagem ou somente da execução deles. Especificamente em relação ao Programa ProJovem, perguntou como será feita a triagem e se as

ações estão também voltadas para as famílias no campo, integrantes do Bolsa Família. Ela justificou seu questionamento afirmando que, muitas vezes, quando o governo estadual e o municipal são de partidos diferentes, o Estado sequer informa o Município sobre a existência do programa.

### **Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)**

Mencionou, inicialmente, críticas que foram feitas ao Programa Bolsa Família, considerando-o um programa eleitoreiro, e pediu que o Ministro tecesse algum comentário a respeito delas.

Em seguida, quis saber, de forma atualizada: quantas famílias se encontravam abaixo da linha de corte do programa (R\$120,00 *per capita* até pouco tempo atrás e recentemente elevado para R\$137,00), mas que ainda assim não recebiam o benefício; como elas e as Prefeituras Municipais devem proceder para assegurar esse direito; se o MDS assegurará a cada Município o devido repasse.

Solicitou ao Ministro que incluísse, entre os projetos de interesse do MDS que tramitam na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 2.661, de 2000, que institui a linha oficial de pobreza, e o Projeto de Lei nº 7.430, de 2006, que cria o Fundo Brasil de Cidadania, ambos de sua autoria, e destacou como ambos poderão contribuir para a erradicação da pobreza no País.

### **Senador Adelmir Santana (DEM-DF)**

Parabenizou o Ministro pela apresentação. Ressaltou que as políticas compensatórias são importantes e que a renda transferida aos beneficiários ajuda significativamente a minorar a crise nos Municípios.

Questionou, no entanto, se as pessoas, cujo número aumenta a cada ano, não estão se conformando com o recebimento desses recursos e ficando dependentes das políticas. Perguntou se há janelas, saídas, e de que maneira elas vão poder sair dos programas e se tornar independentes.

### **Senador José Nery (PSOL-PA)**

Cumprimentou o Ministro pelo trabalho à frente do MDS. Defendeu o Programa Bolsa Família, porém ressaltou que essa política – que

se justifica no atual quadro de exclusão social – não pode se eternizar e que há necessidade de se alterar o perfil das políticas de assistência social, com ênfase nos programas de geração de trabalho e renda.

Em seguida, manifestou seu apoio ao projeto de reestruturação do MDS e disse ser a favor da criação da carreira de analista social e de que o Estado gaste bem com as políticas sociais.

### **Senadora Fátima Cleide (PT-RO)**

Cumprimentou o Ministro pelo trabalho à frente do MDS e por conduzir, de sua forma republicana, as políticas sociais. Solicitou que, em suas considerações finais, ele falasse a respeito da política pública dos Territórios da Cidadania, desenvolvida pelo Governo Federal e perguntou se há critérios estabelecidos para que os Estados assinem o Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social, e se algum deles é impeditivo.

Em seguida, expressou sua satisfação com o êxito do programa de formação de mão-de-obra junto à construtora Odebrecht, em Porto Velho, no âmbito das obras do PAC, e manifestou seu apoio ao projeto de reestruturação do MDS, por considerar que não se consegue fazer política de Estado com apenas 211 servidores efetivos.

Finda a etapa das perguntas, a Presidente da CAS, Senadora Rosalba Ciarlini, aproveitou a ocasião para cobrar da Governadora de seu Estado do Rio Grande do Norte as razões de ainda não ter sido assinado o Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social e passou a palavra ao depoente para suas considerações.

### **Ministro Patrus Ananias**

Como de praxe, as respostas do Ministro às indagações e manifestações dos Senadores foram dadas ao final de sua intervenção.

Asseverou que uma de suas preocupações é a de garantir a continuidade das políticas, mudar o paradigma, fazer com que a questão social entre no campo das políticas públicas, das políticas de Estado, de direito, com superação da fase do assistencialismo e do clientelismo. O foco é



fazer com que as pessoas entrem e saiam dos programas assistenciais segundo critérios estabelecidos.

Em relação ao Programa ProJovem, destacou que existem quatro vertentes, sob diversas coordenações de diferentes Ministérios. Há o ProJovem Urbano<sup>9</sup>; o ProJovem Trabalhador<sup>10</sup>; o ProJovem Rural<sup>11</sup> e o ProJovem Adolescente, vinculado ao MDS. Este último é um serviço socioeducativo, destinado a adolescentes de 15 a 17 anos, hoje aproximadamente 400 mil jovens, que pertencem ao Bolsa Família ou são jovens que moram em áreas conflagradas, em situação de risco. O ProJovem Adolescente está integrado à proteção social do SUAS, que tem como ponto de referência a família e é uma rede que trabalha no Município. Eles têm acesso à assistência social, aos espaços físicos dos CRAS, a atividades físicas e esportivas, à inclusão digital, entre outras.

O Ministro ressaltou que o MDS trabalha diretamente com os Municípios, que é a dimensão fundamental do território brasileiro. O SUAS tem como ponto de referência a ação familiar e a família no contexto da comunidade. Disse que para a implantação e construção dos restaurantes populares e para a compra de seus equipamentos, os recursos são repassados para as prefeituras de Municípios que tenham mais de 100 mil habitantes, pois só assim há demanda. Já as cozinhas comunitárias são implantadas em Municípios menores.

Mencionou, ainda, que, quanto às ações profissionalizantes, estão sendo firmados convênios com empresas que capacitem mão-de-obra com recursos próprios, como no caso já citado de Porto Velho, em Rondônia. Destacou, porém, que, com recursos do Governo, há o Plano Setorial de Qualificação-PLANSEQ<sup>12</sup> Bolsa Família, uma iniciativa conjunta do MDS e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, que está articulada com as obras do PAC e direcionada para o setor da construção civil.

Disse que, em 2009, o MDS e o MTE, juntamente com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção, desenvolvem trabalho de capacitação e qualificação profissional de beneficiários do Bolsa Família, muitos deles identificados pelos CRAS, para aproveitar as oportunidades de trabalho

---

<sup>9</sup> Coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República.

<sup>10</sup> Vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego.

<sup>11</sup> Vinculado ao Ministério da Educação.

<sup>12</sup> Plano Setorial de Qualificação e Inserção Profissional para os Beneficiários do Programa Bolsa Família

oferecidas pelas obras do PAC. Disse, também, que iniciativa similar está sendo feita na área do turismo.

Quanto à questão da saída das pessoas dos programas de transferência de renda, o Ministro informou que no Programa Bolsa Família trabalha-se com famílias de diferentes níveis. Dois se destacam: o de trabalhadores pobres, com famílias estruturadas, para os quais o benefício entra como um complemento de renda, e para essas pessoas busca-se qualificação profissional; o de famílias muito pobres, integradas por pessoas que não tiveram direitos e oportunidades básicas, analfabetas, com dificuldade de conseguir emprego, problemas de alcoolismo, drogas, desconstituição familiar. Nestes casos, o investimento nos adultos, é mais longo, de resgate de vínculos e valores, e há um foco maior nas crianças e jovens.

Respondendo à alusão à crítica de que o Bolsa Família era um programa eleitoreiro, o Ministro respondeu que eleitoreira é a fome e a miséria.

Em relação ao questionamento sobre o cadastro único<sup>13</sup>, o Ministro esclareceu que ele é feito pelo Município, por prefeitos de todos os partidos, pois o Bolsa Família tem gestão bastante descentralizada. Os recursos são repassados para o cadastramento das famílias, a fiscalização informatizada, o controle das condicionalidades, educação, saúde, e também a participação em programas emancipatórios de geração de trabalho, emprego e renda.

Enfatizou que as pessoas entram e saem desses programas segundo critérios objetivos e que há fiscalização do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União.

Em seguida, mencionou a questão da intersetorialidade, da integração das políticas sociais, referindo-se às conquistas da democracia brasileira com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), do SUAS e de canais de participação da sociedade em conselhos ligados à área da educação, saúde, direitos da criança, do adolescente, entres outros mecanismos de controle social.

---

<sup>13</sup> Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

Destacou que o Presidente da República determinou que todas as famílias que estejam dentro dos critérios estabelecidos sejam atendidas pelo Bolsa Família. Foi identificado que hoje 1 milhão e 300 mil famílias teriam direito a dele participar. Disse que cerca de 5 milhões já saíram do programa. As Prefeituras estão realizando o cadastramento, que precisa ser fiscalizado para entrar quem precisa e sair quem for alcançando as condições de vida que a lei estabelece.

Afirmou desconhecer o projeto sobre renda mínima do Senador Eduardo Suplicy, porém reconheceu ser importante estabelecer uma linha de renda básica, pois só no MDS há 4 ou 5 critérios. Ressaltou, no entanto, que a discussão da linha de pobreza deve considerar renda, local de moradia, acesso a determinados bens e serviços básicos, a territorialidade, entre outros.

Referindo-se à questão da janela, da saída das pessoas dos programas, o Ministro afirmou que, atualmente, a pessoa entra no Bolsa Família por dois anos, mesmo que a situação dela se altere para melhor nesse período, passe a ter carteira assinada, capacitação e qualificação profissional. Ao fim de dois anos, faz-se a verificação do cadastro e a exclusão dos que conseguiram se emancipar.

Disse que o programa brasileiro é considerado referência pela OIT como política de proteção social, que dá dignidade ao trabalhador, capacitação profissional, rede de proteção, refletindo um conceito ampliado de trabalho.

Quanto à questão dos Territórios da Cidadania, afirmou que depende de uma adesão dos governos estaduais e que a gestão do programa estava a cargo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, cabendo ao MDS aplicar recursos e ajudar a gerenciar. Disse que há atualmente 120 desses Territórios no Brasil, onde existe uma convergência de ações, uma soma de esforços do PRONAF, do Bolsa Família, do PAA, do Luz para Todos, de programas de saúde, de educação, entre outros. Atualmente 18 Estados já aderiram. O programa é recente, é objeto de discussão, e ele preferiu não falar sobre os critérios nele estabelecidos.

Feitas essas considerações, o Ministro Patrus Ananias agradeceu a oportunidade de comparecer à CAS e reafirmou, concluindo, que há no Brasil uma pobreza secular. Há pessoas que não tiveram no passado direitos e oportunidades básicas e que exigem que seja feito um acompanhamento não só junto a elas, mas também junto a seus filhos e netos para quebrar esse ciclo

intergeracional de pobreza. Disse que o objetivo do trabalho do MDS é sempre a emancipação e a conquista do direito fundamental ao trabalho.

Durante a visita do Ministro Patrus Ananias à CAS, estiveram presentes a Presidente da Comissão, Senadora ROSALBA CIARLINI, e os Senadores EDUARDO SUPPLY, VALDIR RAUPP, MARCELO CRIVELA, FÁTIMA CLEIDE, ADELMIR SANTANA, JOSÉ NERY, EDUARDO AZEREDO e ALOIZIO MERCADANTE.

Ao encerrar a Audiência, a Senadora Rosalba Ciarlini agradeceu a presença do Ministro e se colocou à disposição para a continuação do debate que possa contribuir para que os programas sociais fortaleçam a cidadania do povo brasileiro.

A Presidente encerrou a sessão às 13h49min.